

REGIÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE FRANCA/SP

REGION AND REGIONAL DEVELOPMENT: A STUDY OF THE MUNICIPALITIES OF FRANCA/SP

Hélio BRAGA FILHO

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
hgp@com4.com.br

Jonatan POUSA

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
jonatan_cnl@hotmail.com

Leonardo Henrique Cardoso de ANDRADE

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
leo.hca@gmail.com

Recebido em 06/2015 – Aprovado em 08/2015

Resumo

O objetivo do artigo é examinar e comparar o que ocorreu com a população e o PIB dos vinte e três municípios que integram a RA de Franca/SP nos anos de 1980 e de 2010. Para isto, adotou-se como procedimento metodológico o emprego do Coeficiente de Participação (P), que calculando percentuais relativos à população e o PIB dos municípios em relação à população e o PIB da região, ponderados pela divisão em porcentagem do PIB sobre a população, procurou captar as variações que ocorreram com aquelas duas variáveis no tempo e, que efeito exerceram sobre aquele mesmo coeficiente. O resultado mostrou que no ano de 2010, comparativamente no ano de 1980, dos vinte e três municípios, dezesseis obtiveram aumento do coeficiente de participação em decorrência dos seus respectivos PIBs ter aumentado mais que suas populações:

Palavras chaves: Municípios, Região Administrativas, Coeficiente de Participação e desenvolvimento regional.

Abstract

The aim of this paper is to examine and compare what happened with the population and GDP of the twenty-three municipalities that make up the RA of Franca / SP in 1980 and 2010. For this, was adopted as the methodological procedure employment Participation coefficient (P), calculating that percentage on population and GDP of the municipalities in relation to population and GDP of the region, weighted by dividing a percentage of GDP over the population, sought to capture the changes that occurred with those two varying and that effect had on that same coefficient. The result showed that in 2010 compared in 1980, the twenty-three municipalities, sixteen had increase the coefficient of participation as a result of their respective GDPs have increased more than their populations:

Keywords: *Municipalities, Administrative Region, Coefficient of participation and regional development.*

1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Independente de serem mais ou menos acentuados, o fenômeno dos desequilíbrios regionais, se manifesta tanto em países desenvolvidos, como naqueles denominados subdesenvolvidos e emergentes.

No Brasil, a literatura econômica que trata do desenvolvimento regional afirma que um dos traços mais marcantes do seu desenvolvimento é a acentuada desigualdade entre as suas regiões.

Ocorre que a população residente no campo, e aquela residente na área urbana, desenham um quadro de acentuada desproporção, pois, enquanto a primeira representa diminuta porcentagem da população total, a segunda soma elevado percentual. Além disto, a distribuição da população brasileira no espaço territorial do país, conforma também, pronunciado desbalanceamento, tanto é verdade, que

percentual elevado da mesma está concentrado nas regiões Sul-Sudeste, do mesmo modo que mais da metade dos seus habitantes residem em reduzido número de municípios.

Entre os anos de 1950 até o ano de 2010, portanto nas últimas seis décadas, a população urbana no Brasil aumentou de 18.124.119 para 160.924.140 de habitantes. Entre as grandes regiões da federação brasileira, o Norte, de 3,4% em 1950, aumentou sua participação em relação ao total da população urbana, para 7,2% em 2010, o Nordeste de 26,8% recuou para 24,1%, as regiões Sul-Sudeste de 67,4% passaram a representar 60,9% e, a região Centro-Oeste, de 2,4% passou a somar 7,8% respectivamente.

Mesmo assim, constata-se que mais da metade da população brasileira residente na área urbana, está localizada em apenas duas grandes regiões da federação.

Por sua vez, mais da metade dos habitantes residem em poucos municípios brasileiros.

Tabela 1: Brasil, população número de municípios por número de habitantes - 2011

Nº de habitantes	Nº de Municípios	População
até 5 mil	1.301	4.374.345
de 5 a 10 mil	1.212	8.541.935
de 10 a 20 mil	1.401	19.743.967
de 20 a 50 mil	1.043	31.344.671
de 50 a 100 mil	325	22.314.204
de 100 a 200 mil	150	20.078.754
de 200 a 500 mil	95	28.486.417
de 500 mil e mais	38	55.871.506
Total	5.565	190.755.799

Fonte: Waiselfisz (2014)

Nas faixas de 100 a 500 mil e mais habitantes, a quantidade de municípios representava apenas 5,08% do total de municípios, contudo a população residente nestas classes de municípios equivalia a 54,5% da população total do país. Entretanto, nas classes de municípios de até 5 mil até 20 a 50 mil habitantes, o número de municípios representava 89,1% do total e sua população em conjunto, somara 33,5% da população do país.

Do mesmo modo que se verifica uma distribuição desigual da população no espaço territorial do país constata-se que sua produção total, ou seja, o PIB, também está distribuído entre as grandes regiões de maneira bem desigual.

Tabela 2: Brasil segundo a distribuição percentual do PIB entre as grandes regiões: 1950 e 2010

Região	Participação Relativa no PIB (%)	
	1950	2010
Norte	1,4	5,3
Nordeste	11,8	13,5
Sudeste	70,2	55,4
Sul	14,7	16,5
Centro-Oeste	1,9	9,3
Total	100,0	100,0

Fonte: IPEADATA, Elaboração dos autores

Muito embora a participação relativa da região Sudeste tenha sofrido considerável redução nas última seis décadas, ainda assim, juntas as regiões Sul-Sudeste representavam mais de 70% do produto nacional.

Diante disto, fica evidenciado porque o desenvolvimento econômico brasileiro é matizado por um acentuado desequilíbrio entre

as suas regiões, como também em outras escalas territoriais. Com o propósito de mensurar os desequilíbrios regionais no Brasil, Mello e Silva, Nentwing Silva e Silva (2010) constataram que:

(...) os recorrentes desequilíbrios regionais Brasil (...), na escala das grandes regiões e até dos estados, eles não são muitos altos, mas isto não acontece na escala das mesorregiões, das microrregiões e, sobretudo dos municípios. Isto significa que o crescimento brasileiro ainda não está se dando de forma equilibrada em todas as escalas de seu território, o que coloca novos desafios em termos de políticas públicas, particularmente direcionadas para os municípios. (Mello e Silva, Nentwing Silva e Silva, 2010, p.17)

Entre tantas outras argumentações que explicam o problema dos desníveis regionais, sobressaindo o fato do crescimento econômico do país ocorrer de forma não equilibrada, supomos que as desigualdades regionais decorram, ainda que não em sua totalidade:

- a) do processo de formação histórica - organização social, política e econômica - de cada unidade territorial e/ou de cada região da federação brasileira;
- b) da estrutura produtiva consequente da divisão do trabalho entre cidade e campo e, entre as localidades e regiões;
- c) do grau de concentração e/ou de dispersão espacial da localização de grandes empresas, bem como da indústria;
- d) dos fluxos migratórios, da capacitação técnica e/ou do capital humano da população das diferentes unidades territoriais; e

e) dos níveis de modernização e do estágio tecnológico dos diferentes setores da atividade produtiva das localidades/regiões.

A modernização do país na perspectiva do processo de industrialização colocado em curso no século XX promoveu ao mesmo tempo acentuada concentração da atividade industrial no Sul/Sudeste e, intenso fluxo migratório no sentido campo-cidade. Com isto, à medida que a indústria ganhava musculatura, a agricultura perdia participação na composição do produto total da economia, de sorte que o centro dinâmico da economia deslocava-se da atividade agro-exportadora, para a de transformação industrial, analogamente, a cidade passa a ser o centro dinâmico do desenvolvimento.

O estabelecimento da divisão do trabalho entre a cidade e campo é um processo longo, que depende, em última análise, do ritmo de desenvolvimento das forças produtivas urbanas. O centro dinâmico deste processo é a cidade, que multiplica suas atividades de duas maneiras: a) capturando atividades antes exercidas no campo e incorporando-as à sua economia; b) criando novas atividades mediante a produção de novas técnicas e/ou de novas necessidades. (SINGER, 1998, p.18).

A partir desta divisão do trabalho entre campo e cidade, emerge uma outra divisão, tendo em vista que, enquanto cabe ao primeiro produzir uma categoria de bens, ao segundo compete elaborar uma cesta mais diversificada de mercadorias e serviços. Assim, enquanto no campo a divisão social do trabalho é mais limitada, na cidade ela é bem mais refinada, além do que, em ambas, ou seja, no campo e na cidade, serão conformadas diferentes estruturas de preços, salários e lucros.

Não estamos aqui nos referindo ao problema do intercâmbio desigual formulado por Emmanuel, mas, apenas argumentando que a divisão do trabalho entre campo e cidade reflete diferenças tanto na divisão social do trabalho - a divisão entre os grandes setores da atividade econômica, como na divisão técnica do trabalho que se relaciona às diferentes habilitações/especializações técnicas do trabalho comandadas pela divisão social do trabalho.

Do mesmo modo, como a cidade passa a ser o centro dinâmico daquele processo, à medida que nela são criadas novas atividades, quer seja pela criação de novas necessidades, quer seja pela criação de novas técnicas, admite-se que por diferentes motivos, as próprias cidades desenharam estruturas econômicas bem diferentes.

Aumenta o número de cidades locais e sua força, assim como o dos centros urbanos regionais, ao passo que as metrópoles regionais tendem a crescer relativamente mais que as metrópoles do Sudeste. (...) As Regiões Metropolitanas, onde se diversifica e avoluma a divisão do trabalho, conhecem uma aceleração e aprofundamento de uma série de processos econômicos e sociais. O efeito do tamanho tem importante papel na divisão intra-urbana do trabalho: quanto maiores e mais populosas as cidades, mais capazes são elas de abrigar uma extensa gama de atividades e de conter uma lista maior de profissões (...). (SANTOS, 2001, p.203).

Assim, quanto maior o tamanho da cidade, mais amplo e extenso será o conjunto de atividades ali desenvolvidos, como também, mais diversificado e amplo será o seu rol de especializações. Deste modo, em boa medida, os desequilíbrios em diferentes escalas territoriais, seriam ocasionados

pela própria divisão do trabalho e, por conseguinte dos diferenciais de preços, salários e lucros.

Considerando que nosso propósito não é analisar o problema dos desníveis regionais sob a ótica do intercâmbio desigual, supomos que seja possível examinar o tema mencionado a partir da equação formulada por Sraffa que define concomitantemente, os preços, os salários e a taxa de lucro.

Segundo Ablas (1985), a equação geral é formalmente expressa pela equação.

$$P_j = \sum_i P_i A_i (1 + r) + W_j L_j$$

em que:

P_j é o preço do produto j;

P_i corresponde aos preços dos produtos i (insumos de i);

A_i L_i são a quantidade de i e de trabalho que entram na produção de j;

W_i são os salários no setor j e r é a taxa de lucros global da economia.

O mesmo autor identifica três fontes de desigualdades entre setores quais sejam:

1ª) a relação entre meios de produção e trabalho em cada setor, (...), dada a mesma taxa de lucros; 2ª) as diferentes taxas de salário prevalecentes em cada setor, sob a hipótese de uma produtividade de trabalho igual para todos os setores, com taxas de lucros iguais; 3ª) diferenças na taxa de lucro entre setores em razão do diferente grau de monopólio para cada setor. (ABLAS, 1985, p. 43)

Contudo, vale lembrar que as taxas de salário e a produtividade do trabalho não são iguais para todos os setores, assim como as taxas de lucros são diferentes pelo fato de cada setor da atividade produtiva operar com grau diferente de monopólio/oligopólio. Por sua vez, aquela equação demonstra em sentido prático que, "(...) é possível utilizar os preços de mercado para medir a desigualdade entre os setores de produção". (ABLAS, 1985, p.44).

Seria então admissível empregar os preços de mercado para aferir a desigualdade em escala territorial, mesmo porque, a atividade de produção não está distribuída igualmente no espaço, principalmente no caso da indústria de transformação. Além do mais, fora o fato da indústria estar mais concentrada em determinadas áreas e mais dispersa em outras, a estrutura da indústria, notadamente a sua divisão entre setores dinâmicos e não dinâmicos explicam, ainda que não totalmente, os diferenciais de produtividade, de preços, de salários e lucros intra e inter-regiões.

Como o sistema produtivo é intrinsecamente relacionado à estrutura da distribuição da renda (...), a uma dada distribuição de renda corresponderá uma certa estrutura produtiva. (PIQUET, 1991, p.37)

Em termos da estrutura produtiva global de uma economia - quer seja de um país, de um estado, ou de uma região - podemos compreendê-la de acordo com a participação relativa dos grandes setores de atividade econômica como porcentagem do PIB.

No caso do Brasil, a sua estrutura produtiva, em dois momentos distintos, experimentou

significativa mudança: antes de iniciar seu processo de industrialização e outra após a década de 1990. No primeiro momento, à medida que a agricultura que era o centro dinâmico da economia começa a perder participação no PIB, a indústria aumenta progressivamente a sua, haja visto que, de 1947 a 1980, enquanto a agricultura recuou de 21,4% para 10,8%, a indústria aumentou sua participação no PIB de 19,9% para 33,7% respectivamente, Já a partir de 1990 a 2013, novo movimento de inflexão da produção brasileira descreve continua trajetória de queda da agricultura de 8,1% para 5,7%, da indústria de transformação de 26,5% para 13,1% do PIB, enquanto os serviços, praticamente mantiveram sua participação de 70,3% em 1990 e, de 69,3% em 2013.

Da mesma forma, a estrutura interna da indústria brasileira modificou-se no curso do seu processo de industrialização, tendo em vista que, a elevada participação dos segmentos menos dinâmicos da indústria na fase inicial iria cedendo espaço para o gradativo aumento da participação dos gêneros mais dinâmicos no produto total da indústria de transformação. Contudo, em termos regionais a localização espacial da indústria de transformação por gêneros da indústria - dinâmicos e menos dinâmicos -, define um quadro matizado por considerável contraste. Por diferentes motivos, em certas localidades e/ou regiões constata-se a presença de setores dinâmicos e menos dinâmicos da indústria, em outras a predominância dos gêneros mais dinâmicos, enquanto em determinadas localidades e/ou regiões localizam-se os ramos menos dinâmicos da indústria de transformação.

Diante disto, temos um quadro regional marcado por diferenças mais ou menos acentuadas, em decorrência da própria espacialidade da produção por tipo de produtos, da produtividade, da estrutura de preços, salários e lucros, como ainda,

do investimento, das exportações e, dos diferentes estágios da tecnologia em que se encontram e/ou operam os diferentes gêneros da indústria.

2 METODOLOGIA

Do mesmo modo que se emprega o índice de Gini para medir a distribuição da renda, para mensurar as diferenças regionais, adota-se o índice de desigualdades regionais formulado por Williamson¹. Este índice mede os desvios da renda por habitante ponderados pela população total do país, em relação à renda per capita e a população de cada região, variando entre zero e um. Assim, quanto mais próximo de zero o índice, menor será a desigualdade regional, contudo, quanto mais próximo de um, maiores serão os desníveis regionais do país.

Formalmente, o índice de desigualdade regional I , é representado segundo a seguinte expressão:

$$I = \sqrt{\frac{\sum_i E_i (Y_i - \bar{Y})^2 f_i/n}{\bar{Y}}}$$

em que:

\bar{Y} é o PNB per capita do país;

Y_i é o produto per capita da região i ,

f_i a população da região i ,

e n que representa a população total do país.

¹ A inexistência de afastamentos acentuados entre as rendas das diferentes regiões e a renda per capita do país aproxima o valor de I de zero, desde que sua população se encontre homoganeamente distribuída no espaço territorial. Quando porém, além da existência de grandes diferenças nos índices de densidade demográfica de cada região, as suas rendas per capita divergem acentuadamente da média do país, o valor de I se aproxima de um. (ROSSETTI, 1987, p.174)

Desta forma, um país para alcançar maior equilíbrio regional, sua população deve estar mais homogeneamente distribuída entre as suas respectivas regiões, assim como, a renda per capita das mesmas, precisa crescer igualmente. Convém assinalar, que o índice formulado por Willianson, não se limita apenas a mensurar os desníveis de cada região em relação ao país, pois, o mesmo é empregado para calcular os desequilíbrios em outras escalas territoriais.

A partir do índice original, Mayorga, Tabosa e Amaral Filho (2007), formularam outro método de cálculo para examinar a desigualdade de renda no estado do Ceará, o qual é expresso por:

$$I = \sqrt{\frac{\sum E_i (Y_i/P_i - Y/P)^2 P_i/P}{Y/P}}$$

em que:

Y_i é a renda anual do município da microrregião;

P_i a população do município i da microrregião,

Y a renda anual da microrregião,

e P a população da microrregião.

Adotando outras escalas territoriais - regiões, estados, mesorregiões, microrregiões e municípios - Mello e Silva, Nentwing Silva e Silva (2010) examinaram os desequilíbrios regionais do Brasil mais recentemente e concluíram, que na escala das grandes regiões e dos estados eles não eram muito altos, contudo, o mesmo não se pode afirmar na escala das micro e das mesorregiões, muito menos dos municípios.

Todavia, o método proposto por Willianson, pelo fato de considerar apenas os afastamentos do PIB per capita e da População, não é suficiente para analisar com maior profundidade as causas das desigualdades regionais, razão pela qual, o seu

alcance acaba sendo limitado, tanto que, Barros (2011), considera várias hipóteses para explicar as desigualdades regionais no Brasil, tais como: as hipóteses baseadas nas diferenças em capital humano, nas diferenças climáticas e de solo, em capital social e, as hipóteses baseadas em diferenças institucionais.

Ainda assim, diante destas recomendações, neste trabalho adotamos um método de cálculo, que ao invés de medir a desigualdade intrarregional, ou seja, entre um conjunto de municípios pertencentes a uma região, procurou mensurar o que denominamos de Coeficientes de Participação (P).

Este coeficiente resulta da razão entre a participação relativa do PIB de cada município e a participação relativa da população de cada município.

Primeiramente, foi calculada a participação relativa do PIB e da população de cada município em relação ao PIB e à população da região, para em seguida, ser calculado o Coeficiente de Participação, expresso da seguinte forma:

$$P = \frac{\text{Part. Relativa do PIB município } i}{\text{Part. Relativa da população munic. } i}$$

Desta forma, diante das limitações já mencionadas, convém salientar que não pretendemos mensurar a desigualdade entre um conjunto de município, mas, procuramos apenas verificar através daquele coeficiente, o que ocorreu com a participação de cada município numa região do estado de São Paulo.

3 CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE TERRITORIAL

A escala territorial que adotamos para este estudo foi a Região Administrativa de Franca. Esta área, incluindo a Região do Governo de São Joaquim da Barra é composta por vinte e três municípios que ocupam uma área de 10.330,12 km², sendo que a região apresentava uma densidade demográfica de 70,4 habitantes/km² e, seu grau de urbanização em 2012 era de 95%.

Embora as unidades territoriais (municípios) que integram esta mesma RA possam conformar alguma semelhança, tal como, o clima, o solo e, até mesmo alguma identidade cultural, convém observar que sob outros aspectos, manifestam-se consideráveis diferenças. Entre outras características que comprovam a existência de diferenças entre as unidades territoriais que fazem parte desta RA, constata-se que, do total de vinte e três municípios, quinze, ou seja, 65%, eram localidades com população que se situava entre menos de 10.000 até 20.000 habitantes, ao passo que, nestas mesmas categorias de municípios, a população total ali residente não passava de 20% da população total da região.

Tabela 3: RA de Franca segundo número de municípios por faixa de habitantes e população total - 2010

Nº de habitantes	Nº de Municípios	População
menos de 10.000	10	55.386
de 10.001 a 20.000	05	73.274
de 20.001 a 30.000	03	77.519
de 30.001 a 50.000	03	124.988
de 50.001 a 60.000	01	56.476
de 60.001 a mais de 100.000	01	318.640
Total	23	706.283

Fonte: IPEADATA, Elaboração dos autores

Nas faixas de 20.001 a 50.000 habitantes, o número de municípios (06) representava 26,1% do total e, a população total deles somava o equivalente a 28,6% da população da RA. Já nas duas últimas classes de municípios, apenas dois deles, representavam 7,9% e 45,1% da população total da região. Em resumo, menos da metade da população da região, mais precisamente, 46,8%, residia em 91,3% dos municípios, entretanto, apenas um município somava quase que a metade da população da RA.

Do ponto de vista da economia, em termos de composição do valor adicionado, a estrutura econômica da região modificou-se totalmente ao longo de pouco mais de oito décadas.

Entre as décadas de 1920 e 1950, em todos os municípios da região o valor adicionado da agricultura superava o da indústria, razão pela qual, admite-se que sob este aspecto havia maior homogeneidade na região. De 1960 a 1980, verifica-se que alguns municípios conformavam uma economia predominantemente industrial, conquanto outros ainda conservavam uma economia tipicamente agrícola. No ano de 1980, o (VA) valor adicionado da região, em porcentagem, detinha a seguinte composição: a agropecuária representava 18,3% do valor adicionado total, a indústria 46,3% e o setor de serviços somara 35,4%. Daí em diante, enquanto reflexo da mudança que continuou em curso nos municípios, a composição do VA da região no ano de 2010, revelava nova configuração, qual seja, a participação da agropecuária representava apenas 6,8%, a da indústria atingira 25,5%, enquanto os serviços somaram 57,7%.

No decorrer de três décadas, percebe-se significativa modificação na estrutura econômica dos municípios da RA em tela, pois, no ano de 1980, dos vinte e três municípios que a integram, em dezesseis (69%) o VA da agropecuária

superava o da indústria, já no ano 2010, em dezesseis municípios o VA da indústria teria superado o da agropecuária.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando o fato de que um período muito curto de tempo, não seja suficiente para captar mudanças mais significativas na economia, sobretudo aquelas de caráter estrutural, optamos por examinar e comparar num período maior de tempo, o que ocorreu nos anos de 1980 e de 2010 nos municípios da referida região.

Em relação à base de dados sobre o PIB dos municípios brasileiros, a única que cobre séries históricas mais longas é a do IPEADATA, por este motivo, que nela nos baseamos também para os dados relacionados a população. Contudo, vale ressaltar que o valor do PIB dos municípios baseia-se nos preços de 2000, portanto se compararmos os dados mais recentes de outras fontes oficiais que produzem estatísticas, tais como o IBGE e no caso do estado de São Paulo a Fundação SEADE, com os do IPEA, encontraríamos divergências. Mesmo assim, por se tratar de um período de tempo mais alongado, utilizamos a base de dados daquele órgão oficial de governo e não do IBGE e da SEADE, tendo em vista que ambos dispõem de dados sobre o PIB dos municípios somente a partir de 1999.

A seguir apresentamos os números pertinentes à participação relativa da população e do PIB e, o Coeficiente de Participação (P) de cada um dos vinte e três municípios que fazem parte da RA de Franca.

Examinando os dados referentes ao Coeficiente de Participação (Cp), verificamos que: a) quando a participação relativa da população do município *i* é igual ou bem próxima da participação do PIB do

mesmo município, o Cp se aproxima de um; b) quando a participação relativa da população do município *i* é maior que a participação do seu respectivo PIB, o coeficiente de participação é menor que um; e c) quando a participação relativa do PIB do município *i* é maior que a participação relativa da sua população, o coeficiente inclina-se a ser maior que a unidade (hum).

Em resumo, quanto maior for a participação relativa do PIB do município *e*, menor a da sua população - em relação ao PIB e à população total da região - maior tende a ser o seu coeficiente de participação.

É oportuno ressaltar que, no caso do município sede da Região Administrativa em questão, isto é, de Franca, a taxa geométrica de crescimento anual da população sofreu abrupta redução, tendo em vista que, de 4,14% entre 1980/1991, passara para 0,80% no período 2010/2014. Do mesmo modo, porém com percentuais menores, a taxa de crescimento anual da população da região caíra de 2,52 para 0,76% respectivamente, segundo as estatísticas populacionais da SEADE.

Apesar de nos últimos trinta anos (1980-2010), ter acontecido mudança importante na composição do VAF da maioria dos municípios da região, o PIB ainda continua concentrado, visto que, em 1980, Batatais, Franca, Igarapava, Ituverava, São Joaquim da Barra, Morro Agudo e Orlândia, juntos detinham o equivalente a 82,3% do PIB da região, enquanto no ano de 2010, passaram a representar 77,5%.

Apesar disto, no ano de 2010, comparativamente ao ano de 1980, dos vinte e três municípios da região, dezessete (74%), obtiveram aumento do coeficiente de participação, enquanto seis (26%) registraram queda.

Tabela 4: Municípios da RA de Franca segundo participação relativa da população e do PIB e Coeficiente de Participação - 1980 e 2010.

Municípios	Part.Relat.População		Part.Relat.PIB		Coeficiente Participação	
	1980	2010	1980	2010	1980	2010
Aramina	0,837	0,729	0,782	0,616	0,934	0,845
Batatais	9,060	7,996	8,218	8,683	0,907	1,086
Buritizal	0,939	0,574	0,495	2,104	0,527	3,665
Crist.Paulista	1,191	1,074	0,814	1,479	0,683	1,377
Franca	36,204	45,115	40,899	38,841	1,129	0,861
Guará	3,238	2,812	1,954	2,402	0,603	0,854
Igarapava	4,923	3,958	4,570	4,675	0,928	1,181
Itirapuã	1,194	0,837	0,606	0,595	0,507	0,710
Ituverava	6,682	5,479	6,344	4,372	0,949	0,798
Jeriquara	0,623	0,447	0,241	0,714	0,387	1,597
Miguelópolis	3,289	2,896	2,913	2,172	0,886	0,750
Patroc.Paulista	2,191	1,841	1,091	2,611	0,498	1,418
Pedregulho	3,139	2,223	1,254	2,270	0,399	1,021
Restinga	0,860	0,933	0,494	0,722	0,574	0,774
Rib.Corrente	0,666	0,605	0,557	0,899	0,836	1,486
Rifaina	0,818	0,486	0,333	0,346	0,407	0,712
Sales Oliveira	1,559	1,496	2,367	1,436	1,518	0,960
S.J.Bela Vista	1,615	1,190	0,893	1,197	0,553	1,005
S.Joaq.Barra	7,121	6,585	5,739	8,319	0,806	1,263
Ipuã	2,220	2,003	1,845	1,628	0,831	0,813
Nuporanga	1,230	0,965	1,032	1,269	0,839	1,315
Morro agudo	4,239	4,122	5,258	5,519	1,240	1,339
Orlândia	6,155	5,623	11,301	7,126	1,836	1,267

Fonte:IPEADATA, elaboração dos autores

Outra constatação que merece ser mencionada, refere-se ao fato de que no ano de 1980 dez municípios apresentaram baixo coeficiente de participação, enquanto no ano de 2010, todos os vinte e três municípios registraram coeficientes mais elevados. Por outro lado, em 1980, o coeficiente de participação médio ficou em torno de 0,816, já em 2010, soltou para 1,178.

Considerando o fato de que, além da taxa de crescimento anual da população em praticamente todos os municípios estar em progressiva queda

e, ser menor que 1% a.a., admitimos que, doravante, os seus respectivos coeficientes de participação dependerão basicamente do crescimento do PIB.

Ademais, a combinação entre reduzida taxa de crescimento anual da população com taxa mais elevada e contínua de envelhecimento, poderá comprometer o dinamismo das economias destes mesmos municípios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já mencionamos anteriormente, não tivemos a pretensão de examinar as causas da desigualdade regional, muito menos, mensurá-la no âmbito do recorte territorial que constituiu nosso objetivo de estudo. Embora tenhamos elaborado uma caracterização pouco detalhada dos municípios que fazem parte da RA de Franca, em linhas gerais, pudemos verificar traços que desnudam notórios contrastes.

De um lado, constata-se uma distribuição deveras desproporcional da população da região entre aqueles vinte e três municípios, tanto que, somente no município sede da mencionada RA, quase que metade da população ali reside. Por outro lado, mais de 90% dos municípios possuem população inferior a 50.000 habitantes.

Em relação à taxa anual de crescimento geométrico da população, em quase todos os municípios registrou-se trajetória cadente, ao contrário da tendência de alta contínua da taxa de envelhecimento.

Quanto ao PIB, observa-se que embora a participação da cidade de Franca tenha diminuído de 40,9% em 1980, para 38,8% em 2010, este mesmo indicador sinaliza considerável concentração, visto que, os municípios de Batatais, Franca, Morro Agudo, Orlândia e São Joaquim da Barra, juntos representavam 68,5% (2010) do produto total da região.

Finalmente, devido os movimentos simultâneos de queda da taxa de crescimento da população e aumento persistente do PIB, a grande maioria dos municípios da RA de Franca ostentaram aumento dos seus respectivos coeficientes de participação.

Doravante, o comportamento deste mesmo coeficiente, dependerá muito mais do ritmo de crescimento econômico das economias daqueles

municípios, que, por conseguinte, dependerá da desenvoltura dos setores que integram as suas próprias estruturas produtivas.

REFERÊNCIAS

IPEADATA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/Banco de dados regional

MELLO e SILVA, Silvio Bandeira de; NEWTING SILVA, Barbara-Christine; SILVA, Maina Pirajá. Desequilíbrios regionais no Brasil e a hipótese da convergência do desenvolvimento. - Salvador, BA: Revista de desenvolvimento econômico, Ano XIII, N.22, Dezembro de 2010.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. - 2 ed - Rio de Janeiro: Record, 2001.

ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz. Intercâmbio desigual e subdesenvolvimento regional no Brasil. - São Paulo: Pioneira:FIPE, 1985

PIQUET, Rosélia. Descaminhos da moderna industrialização brasileira. In: Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização. Rosélia Piquet, Ana Clara Torres Ribeiro (orgs.). - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

ROSSETTI, José Paschoal. Política e Programação Econômicas. - 7 ed. - São Paulo: Atlas, 1987.

MAYORGA, Ruben Dario; TABOSA, Francisco José; AMARAL FILHO, Jair. Análise da desigualdade de renda no estado do Ceará. <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5406/1/2007_eve_fjsabosa.pdf>

WASELFSZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência: homicídios e juventude no Brasil. - Brasília/DF: Secretária Nacional de Juventude, 2014. <<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva>>

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos.